

O Plano de Valoriz

GUILHERME BUTLER

Amazônia

Voltei da minha primeira visita à Amazônia em 1934 com duas convicções. Primeira: Não é verdade que tudo naquela imensa região é grande exceto o homem. Em Belém e Manaus encontrei provas de adiantado estado de progresso tanto na vida material como intelectual, testemunho das capacidades invulgares de inteligência humana. De fato, não há no mundo inteiro, na mesma latitude, civilização comparável à que existe nestas cidades brasileiras. Segunda: A Amazônia precisa de auxílio para o inteiro aproveitamento das suas imensas riquezas naturais. O homem sozinho é impotente em frente das poderosas forças da natureza, criadoras e no mesmo tempo destruidoras, que operam na região. Somente com forças conjugadas é possível subjugar e dominar este tremendo adversário.

Vinte e um anos depois, tive o privilégio de fazer uma segunda e mais demorada excursão pela atraente região, percorrendo esta vez também os Territórios do Acre, da Rondônia (antigo Guaporé), do Rio Branco e do Amapá. Nesta ocasião tive a grata satisfação de notar que a grande e rica pátria brasileira começou a ajudar aos seus heróicos filhos na Amazônia. Encontrei o Plano de Valorização Econômica da Amazônia exercendo já a sua benéfica tarefa auxiliadora em vários setores da vida da região. Em Belém visitei a sede do Plano e recebi do Dr. Valério Caldas de Magalhães, Representante do Território Federal do Rio Branco na Comissão de Planejamento e Assessor Técnico de Agricultura (atual Governador do Acre) interessantes informações dos planos de serviço da nova organização que passo aos leitores que ainda desconhecem esta nova atividade do Governo Federal em benefício do povo.

A Amazônia, objeto de cobiça das nações mareantes na época do seu descobrimento, há quatro séculos vem sendo assunto de estudos de interesse científico. Contudo, o que dela se sabe é pouco.

A Amazônia é ainda um mundo para desvendar. A Amazônia brasileira é caracterizada por uma densa floresta que a enriquece e uma rede hídrica avassalante que lhe permite o acesso. A sua população rural, à falta de recursos técnicos, ainda se acha no ciclo de economia recoleitora, pouco tendo criado para modificar a paisagem da região.

Desde o seu descobrimento os portugueses sentiram a necessidade de estudá-la para indentificá-la e possuí-la. O inventário do que realizaram aparece em obras volumosas como as seguintes: «História dos animais e árvores do Maranhão», do franciscano Cristóvam de Lisboa; «História natural do Gran-Pará», de Antônio José Landi; «Zoologia paraense» e «Flora paraense-maranhense», de Antônio Correia de Lacerda. O ilustre naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1755-1815) percorreu a região durante dez anos em estudos e legou com memórias descritivas. Quando, em fins do século dezoito, Portugal impediu a Alexandre von Humboldt a entrada em seus territórios amazônicos, não agia senão na precaução de que o naturalista alemão pudesse servir aos interesses políticos de criação de áreas coloniais. Com a fundação do império a curiosidade científica intensificou-se. Não havia agora a preocupação de manter em segredo quanto fora apurado. Cientistas estrangeiros e nacionais lançaram-se à investigação do complexo amazônico sob todos os ângulos. Dos estrangeiros os seguintes deixaram preciosas memórias sobre a vida e natureza da Amazônia: Bates, Wallace, Nattarer, Keller, Leuzinger, Chandloss, Spruce, Poepping,

Adalberto da Prússia, Agassiz, Castelnau, Crevaux, Herdon e Gibbon. Dos cientistas nacionais temos obras de valor de Barbosa Rodrigues, Ferreira Pena, Gonçalves Tocantins, Silva Coutinho, Pereira Labre, Couto de Magalhães, José Maria Nogueira, Marcos Pereira de Sales e Eduardo José de Moraes.

O resultados de todas estas atividades dos cientistas, contudo, não levou a programação de qualquer política oficial visando o domínio definitivo do meio. O governo ainda não compreendeu o valor para a vida prática daquilo que os homens da ciência verificavam. Somente no tempo do Segundo Império começou a ciência ser posta a serviço do homem no Brasil. Contudo, já em fins do século dezoito um governador esclarecido do Pará criou, em Belém, um jardim botânico, onde se cultivavam as espécies vegetais da região. Este jardim que servia de campo de experiências, teve curta duração. Em 1866 foi organizado o Museu Paraense, hoje Museu Emilio Goeldi cujos servidores legaram à ciência uma admirável soma de informações. Em Manaus, em 1833, Barbosa Rodrigues fundara o Museu Botânico do Amazonas, cuja revista, a «Velósia», é hoje uma preciosidade para bibliófilos. Depois da Primeira Guerra Mundial a Comissão Brasileira-Norte-Americana, mais conhecida por Missões Schurtz, percorreu vastas regiões da Amazônia em pesquisas científicas. Serviu esta expedição para indicar a conveniência e urgência de pesquisas mais longas e profundas dos solos, dos variados exemplares da flora, do regime das águas, das florações minerais, da ictiologia, etc. O Serviço Geológico do Ministério da Agricultura procedia no mesmo

Valorização Econômica da

LER

a

Agassiz, Herdon e outras nacionais por de Barbosa Pena, Gonçalves Coutinho, de Magalhães, Marins e Eduardo

as estas atividades, contudo, não de qualquer do o domínio

O governo deu o valor daquilo que verificavam. do Segundo ciência "ser homem no em fins do governador esticou, em Benício, onde se as vegetais n. que servia lências, teve 1886 foi orga-raense, hoje i, cujos ser-lência uma informações

3. Barbosa Museu Bo-cuja revista, ma preciosi-Depois da ndial a Co-rtre-America-por Missões estas regiões quisas cien-pedição pa-lência e ur-mais longas r, des-vari-lora, do re-loracões m-etc. O Ser-nistério da no mesmo

tempo a pesquisas do sub-solo, com sucessos apreciáveis. Mas o grande dia para a Amazônia raiou em 1946, quando o legislador constituinte decidiu promover a recuperação da região determinando para isso a aplicação, pelo Governo Federal, de três por cento da renda tributária da União e dos Estados e Municípios da área por valorizar.

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido na respectiva lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Rio Branco, Amapá e Rondônia e ainda a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16, a do Estado de Goiás a norte do paralelo 13 e a do Maranhão a oeste do meridiano 44. A área da região perfaz um total de 5.057.490 quilômetros quadrados. A sua população é calculada em 3.549.589 habitantes.

A valorização econômica da Amazônia executa-se com os recursos fornecidos pelo povo brasileiro e deve ser entendida como obra política, visando a integração territorial, econômica e social da região amazônica na unidade nacional. Não ignoraram os legisladores a existência de problemas complexos, difíceis, variados, imensos, que exigiram, para seu equacionamento e soluções, o levantamento preliminar das condições realísticas da região e a interferência de especialistas, de técnicos, que as estudassem e propussem. O Artigo 7 da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, diz: «O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que a presente Lei regula, destina-se a: K) Manter um programa de pesquisas geográficas, naturais, tecnológicas e sociais e de preparação, recrutamento e fixação de quadros técnicos e científicos na região, tendo em vista orientar, atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano e fornecer às elementos técnicos para sua execução.»

A Lei estabeleceu que o planejamento tomará a forma de planos quinquenais sucessivos, antecedi-

dos, no primeiro ano, por um programa de emergência. A tarefa inicial da Comissão de Planejamento consistiu num exame preparatório da realidade amazônica, com determinação dos seus problemas básicos e dos objetivos a alcançar e da prioridade relativa dos empreendimentos, em função das necessidades urgentes da região.

Para dirigir os trabalhos criou-se uma Superintendência que se instalou no dia 21 de setembro de 1953, em Belém do Pará. Consiste a Superintendência de um presidente e quinze membros. Para os trabalhos de detalhe há seis sub-comissões: 1. Sub-Comissão Agrícola, compreendendo agricultura, pecuária, colonização e regime de terras. 2. Sub-Comissão de Recursos Naturais para recursos da floresta, do sub-solo e das águas e industrialização das matérias primas. 3. Sub-Comissão de Transportes, Comunicações e Energia, abrangendo esses assuntos e mais engenharia hidráulica. 4. Sub-Comissão de Crédito e Comércio, compreendendo crédito, cooperativas e relações de comércio. 5. Sub-Comissão de Saúde relativa aos problemas sanitários em geral e especialmente de higiene, assistência, nutrição e investigação de moléstias tropicais e combate às grandes endemias. 6. Sub-Comissão de Desenvolvimento Cultural, abrangendo ensino profissional e os problemas de nível cultural.

O objetivo dessa grande tarefa é criar uma sociedade estável e progressista, que possa vir a realizar-se e aperfeiçoar-se com os seus próprios recursos.

O desenvolvimento da economia da Amazônia visa os seguintes objetivos: criar na Amazônia uma produção de alimentos pelo menos equivalente às suas necessidades de consumo; completar a economia brasileira produzindo na Amazônia, no limite das suas possibilidades, matérias primas e produtos alimentares importados pelo país; promover a exploração das riquezas energéticas e minerais da região; desenvolver a exportação das matérias primas regionais; converter, gradualmente

a economia extrativista, praticada na floresta, e comercial, praticada nas cidades, em economia agrícola e industrial; estimular a criação da riqueza e a sua movimentação através de sistemas de crédito e transportes adequados; elevar o nível de vida e de cultura técnica e política de suas populações.

Por intermédio da Comissão Nacional de Assistência Técnica do Itamarati e Superintendência do Plano pediu a Assistência Técnica das Nações Unidas técnicos em agricultura tropical, zootecnistas especializados em fisiologia climática, pedólogos, técnicos em colonização, trabalhos florestais e piscicultura e geólogos que, trazendo a sua assistência, cooperassem decisiva e intensamente com os técnicos brasileiros. A política de pesquisas nos campos de pecuária, ecologia, colonização, agricultura, piscicultura, geologia e silvicultura é realizada com a cooperação constante do Conselho Nacional de Geografia, Instituto Agronomico do Norte, Instituto de Imigração e Colonização e Instituto de Pesquisas da Amazônia. A Missão F. A. O. das Nações Unidas (Food and Agriculture Organization) já está procedendo ao inventário da região do Baixo Amazonas e do Alto Solimões, tendo para cabeça de posto Santarém e Benjamin Constant.

Em Santarém, com os recursos que o Plano lhe está proporcionando, monta uma escola para preparação de pessoal habilitado ao trabalho na indústria florestal; em Benjamin Constant, uma colônia pioneira para experiências de trabalhos modernos para a exploração florestal. O

Instituto de Colonização já operou o reconhecimento preliminar de trechos da Amazônia maranhense e da zona bragantina, no Pará. O Conselho de Geografia tem a seu cargo o estudo das enchentes do Amazonas e das secas do Marajó.

A incorporação da Amazônia

nos mais altos padrões da civilização brasileira não é empreendimento a curto prazo. Será operação a longo prazo e exigirá alto grau de compreensão e cooperação dos que se dedicam a esta meritória e nobilitante tarefa.

A Recuperação do Vale do São

Francisco, a Fundação Brasil Central, a Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, a Petrobrás e o Plano de Valorização Econômica da Amazônia são empreendimentos corajosos que proporcionam aos brasileiros novos motivos e direitos para se ufanarem da sua gente e terra.

194-
Domingo, 22 de Dezembro

GOIÁS R

Prof. G



Uma visita a Goiás agora vale por uma lição de civismo. Desde a construção da sua nova capital, o grande Estado Central colocou-se entre os Estados vanguardeiros quanto ao desenvolvimento econômico e progresso em todos os ramos de atividades. Por toda parte deste grande «Coração do Brasil» (Goiás tem um coração no seu brasão; e tem direito para isso) notam-se hoje fecunda operosidade, firme confiança e contagioso entusiasmo. E o que é raro em nosso tempo, reina em Goiás também harmonia no campo político.

Os adversários de ontem deixaram as contendas, concluíram armistício e entregaram-se a lutas construtivas. O Governador Dr. José Ludovico de Almeida, com as suas sábias medidas administrativas, sua imparcial dedicação ao bem público e seu trato cavalheiresco, desarmou completamente os críticos. Como é do conhecimento público, há pouco tempo os representantes de todos os partidos políticos de Goiás unanimemente pediram ao seu eminente Governador que continuasse a administrar o Estado até o término do mandato do Presidente da República. Foi grande decepção para o povo goiano quando o Supremo Tribunal Federal declarou tal procedimento inconstitucional.

Assisti a um comício na Praça dos Bandeirantes em Goiânia em que oradores dos diversos partidos políticos hipotecaram ao Governador a sua solidiedade.

Antes da mudança da capital, Goiás achava-se entre os Estados da retaguarda da União quanto à marcha do desenvolvimento e aperfeiçoamento da sociedade. Deve-se esta viravolta, este milagre, à clarividência e pertinácia de um filho de sua terra, o grande estadista Dr. Pedro Ludovico Teixeira, médico, revolucionário, interventor, governador e senador. Com a sua ênica obra tornou-se este ardoroso patriota e amigo dedicado do seu povo um benemérito de Goiás e ganhou lugar de honra na galeria dos esta-

distas do Brasil. O Dr. Pedro Ludovico Teixeira é um moderno Moisés. Libertou ele o seu povo dos grilhões da escravidão e encaminhou-o para uma vida cheia das melhores promessas. É verdade, teve ele um punhado de devotos e persistentes partidários que o auxiliaram e apoiaram, mas foi ele o grande general da vitória.

Tive, no mês de setembro, o privilégio de passar cinco dias em Goiânia. Foi esta a segunda vez que visitei o Estado de Goiás e a sua capital. Durante as férias escolares de 1938, contemplei pela primeira vez os vastos horizontes e respirei o ar vigorante do grande Estado Central. A 10 de janeiro atravessei o rio Paranaíba e tomei café em Anhangüera primeira estação em Goiás na Estrada de Ferro de Goiás. A 10 de fevereiro, de volta, atravessei novamente o mesmo rio em Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara). Durante esta excursão de um mês viajei de trem, de cami-

nhão, de ônibus, de automóvel e montado num animal e vi as seguintes vinte e duas cidades: Anápolis, Goiânia, Inhumas, Itaberal, Goiás, Santa Leopoldina (hoje Aruanã), Jaraguá, São Francisco das Chagas, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Bonfim (hoje Silvânia), Vianópolis, Santa Luzia (hoje Lusitânia), Planaltina, Cristalina, Ipameri, Caldas Novas, Morrinhos, Buriti Alegre e Santa Rita do Paranaíba (hoje Itumbiara). Em alguns destes lugares permaneci vários dias, em outros apenas pernoitei ou passei algumas horas. Tirei fotografias e observei a flora e fauna e topografia das regiões percorridas. Em todos os lugares visitei as autoridades e procurei inteirar-me das condições de vida dos habitantes. Sempre fui bem recebido e atendido. Em Goiânia o Governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira honrou-me com especial atenção oferecendo-me hospedagem em o novo Grande Hotel e presentando-me com preciosas obras de história de Goiás. Granjeei, assim, bons amigos e preciosos conhecimentos durante esta odisséia e deixei a hospitaleira terra com o desejo de revê-la. De volta, a pedido de meus alunos e para o

proveito dos que por várias razões não podem viajar e assim satisfazer o seu desejo de conhecer a sua Pátria, publiquei as minhas observações e impressões numa série de artigos, nos jornais de Curitiba. Mais tarde tive a grata satisfação de ver alguns destes artigos reproduzidos nos jornais de várias cidades que visitei. Durante os quase vinte anos que